

ANAIS

DA CÂMARA DOS SRS. DEPUTADOS

DO

IMPÉRIO DO BRASIL

QUARTA SESSÃO DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

DE 4 DE AGOSTO A 3 DE SETEMBRO DE 1884

VOLUME IV

RIO DE JANEIRO

TIPOGRAFIA NACIONAL

1884

ÍNDICE ¹

Atas: págs. 39, 43, 44, 65, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 149, 170.

Projetos:

N. 71 A de 1884. – Da comissão de pensões e ordenados: Licença ao juiz de direito de Santa Cristina do Pinhal, na província do Rio Grande do Sul, bacharel Luiz Vianna.

N. 74 A de 1884. – Idem: licença ao desembargador da Relação de Cuiabá, Antonio Joaquim Rodrigues. – Idem idem, pág.

N. 76 de 1884. – Idem: Licença ao juiz de direito Aristides Augusto Milton. – Apresentado no dia 22 de agosto, pág. 89.

N. 77 de 1884. – Do Sr. Almeida Nogueira: Matrícula dos escravos e aumento do fundo de emancipação. – Apresentado, justificado e remetido às comissões de justiça civil e de orçamento na sessão de 25 de agosto, pág. 102.

Pareceres:

N. 48 de 1884. – Das comissões reunidas de orçamento e justiça civil, sobre o projeto de reforma do elemento servil.

Apresentado na sessão de 4 de agosto e publicado no dia 24, pág. (²)

N. 79 de 1884. – Reconhecimento do conselheiro da Justiça, como deputado pelo 4º distrito da província da Bahia.

Apresentado na sessão de 5 de agosto, pág. 20.

N. 80 de 1884. – Reconhecimento do conselheiro Antonio Carneiro da Rocha, ministro da agricultura, comércio e obras públicas, como deputado pelo 6º distrito da província da Bahia. Apresentado na sessão de 5 de agosto, pág. 20.

N. 72 de 1884. – Da comissão de pensões e ordenados, sobre licença ao bacharel Frederico Peregrino Carneiro Monteiro, juiz de direito da comarca de Alagoa Monteiro, na província da Paraíba do Norte.

Apresentado na sessão de 11 de agosto, pag. 46.

N. 73 de 1884.- Idem, idem, licença ao bacharel José Julião Regueira Pinto de Souza, juiz de direito da comarca de Cimbres, província de Pernambuco.

Idem, idem, pág. 46.

N. 67 A de 1884. – Idem, idem licença ao desembargador de Cuiabá, José de Araujo Brusque. Apresentado na sessão de 14 de agosto, pág. 67.

N. 68 A de 1884. – Idem, idem, licença ao desembargador da Relação de Cuiabá José da Motta de Azevedo Corrêa.

Idem, idem, pág. 67.

N. 81 de 1884. – Da comissão de constituição e poderes. – Reconhecimento do conselheiro João da Matta Machado, ministro de estrangeiros, como deputado pelo 17º distrito da província de Minas Gerais.

Apresentado na sessão de 25 de agosto de 1884, pág. 91.

N. 85 de 1884. – Da comissão de pensões e ordenados. – Aposentadoria do conselheiro Vicente Candido Figueira de Saboia, lente de clínica cirúrgica da Faculdade de Medicina da Corte.

Apresentado na sessão de 28. Pág. 150.

N. 82 de 1884. – Da comissão de orçamento. – Pagamento de subsídio ao conselheiro Salustiano Ferreira Souto, ex-deputado pela província da Bahia. Idem, idem, pág. 151.

¹ O texto dos índices foi digitado e não houve conferência do trabalho. Foi feita também a conversão para a ortografia atual. Os índices originais poderão ser consultados no corpo dos respectivos anais.

² Parecer formulado pelo Sr. Ruy Barbosa em nome das comissões reunidas de Orçamento e Justiça Civil acerca do projeto de emancipação dos escravos. Publicado ao final do Volume IV, após a publicação dos documentos sobre a Casa de Correção da Corte.

Redações:

Do projeto n. 60 de 1884. – Emendas aprovadas pela Câmara dos Deputados à proposta do poder executivo, que autoriza o governo a despender até a quantia de 300:000\$ com o estabelecimento de um lazareto e outras providências contra a invasão da epidemia do cholera-morbus.

Apresentada e aprovada na sessão de 5 de agosto com dispensa de impressão, requerida pelo Sr. Affonso Celso Junior, pág. 36.

Do projeto n. 9B de 1884. - Emendas aprovadas pela Câmara dos deputados, relativas à proposta do governo que orça a receita geral do Império para exercício de 1884 – 1885.

Do aditivo, apresentado pela comissão de orçamento, em 4 de agosto, ao projeto n. 9 A de 1884 (receita geral) e aprovado em 5 do mesmo mês.

Do Aditivo apresentado pelo Sr. José Marianno em 4 de agosto, ao projeto n. 9 A de 1884 (receita geral) e aprovado em 5 do mesmo mês.

Apresentadas no dia 6 de agosto, págs. 40, 41.

Do projeto n. 10 A de 1884 – Emenda do Senado a um crédito ao ministério da marinha para a verba batalhão naval.

Apresentada na sessão de 26, pág. 123.

Do projeto n. 60 A de 1884. – Idem, crédito de 500:000\$ para o ministério do Império (Lazareto).

Idem, idem, pág. 123.

Do projeto n. 12 C de 1884. – Redação final da despesa geral do Império para o exercício de 1884 – 1885.

Apresentada no dia 30, pág. 170.

Do projeto n. 181 de 1882. – Emenda do Senado aumento da representação do Pará.

Apresentada na sessão de 1 de setembro, pág. 193.

Dos projetos de 63 de 1884. – Emendas do Senado (professores das escolas municipais do Rio de Janeiro.)

Apresentada na sessão de 2 de setembro, pág. 209.

Do projeto n. 63 de 1884. – Crédito ao ministério da Agricultura para pagamento de dívidas.

Idem, idem, pág. 209.

Do projeto n. 9 D de 1884. – Final da receita geral do Império.

Idem, idem, pág. 213.

Representações:

Da Associação Comercial Beneficente de Pernambuco.

Apresentada pelo Sr. José Marianno na sessão de 5 de agosto, e remetida à comissão do orçamento, pág. 20.

Dos agricultores, comerciantes, industriais, etc., do município de Macaé, província do Rio de Janeiro, solicitando providências que os ponham ao abrigo do grande abalo social de que o país se acha ameaçado.

Apresentada pelo Sr. Francisco Belizario na sessão de 5, e remetida à comissão de justiça civil, pág. 21.

Da Associação Comercial de Sergipe, pedindo a revogação de alguns artigos da lei do orçamento da mesma província no exercício de 1884 – 1885.

Apresentada na sessão de 5 de agosto pelo Sr. Geminiano e remetida à comissão de assembleias provinciais, pág. 37.

Da câmara municipal de Caconde, em São Paulo, protestando contra o projeto sobre elemento servil.

Apresentada na sessão de 14 de agosto pelo Sr. Ulhôa Cintra, e remetida à comissão de justiça civil, pág. 84.

Dos moradores de todas as classes do município da Paraíba do Sul, contra o projeto do governo a respeito do elemento servil.
Apresentada pelo Sr. Pereira da Silva na sessão de 25 e remetida as comissões de justiça civil e orçamento, pág. 117.

Dos agricultores, negociantes e industriais da freguesia de Santo Antonio do município de Oliveira, pertencente ao 6º distrito eleitoral da província de Minas, pedindo providências ao governo para conter a anarquia que campeia de colo levantado sem atender aos interesses do país.
Apresentada pelo Sr. João Penido na sessão de 25 e remetida à comissão de justiça civil e de orçamento, pág. 121.

Da municipalidade da importante cidade do Pomba contra o projeto do governo sobre o elemento servil.
Apresentada pelo Sr. Vaz de Mello na sessão de 25 e remetida as comissões de justiça civil e orçamento, pág. 121.

Da câmara municipal do Cabo, província de Pernambuco.
Do clube da lavoura de S. João do Príncipe, pedindo a criação de um banco de emissão e outras medidas relativas aos colonos.
Apresentada pelo Sr. Souza Carvalho na sessão de 28 e remetida as comissões de Justiça civil e do orçamento, pág. 151.
Apresentada pelo Sr. Ulysses Vianna na sessão de 2 de setembro e remetida à comissão de comércio, indústria e artes, pág. 216.

Requerimentos (apresentados por deputados)

Do Sr. Mac-Dowell:

Requeiro que, pelo ministério do Império, se me informe em que lei se fundam os avisos pelo mesmo ministério citados para provar que o arcediago de Sá do Pará lhe deverá ter requerido dispensa da residência canônica?

E, em segundo lugar, se, concedida essa dispensa pelo prelado diocesano, não foi comunicada ao governo civil pela secretaria de bispado?

Finalmente, si os mesmos avisos, invocados pelo governo, justificam também a denegação das cômguas do vigário geral do Baixo-Amazonas, comissão exercida pelo referido arcediago, e de cuja residência não fora jamais dispensado?

Apresentados na sessão de 11 de agosto, é a discussão adiada por ter pedido a palavra o Sr. Adriano Pimentel, pág. 46.

Do mesmo Sr.:

Requeiro que se peça ao governo, pelos respectivos ministérios, as seguintes informações:

1.ª Qual o motivo por que foi suspenso o escrivão de Porto de Mar, no Pará, Antonio Brasil; e qual o andamento que têm tido os papeis relativos ao concurso aberto para provimento da serventia vitalícia?

2.ª Tem o governo ciência de que o 2º vice-presidente do Pará, há pouco em exercício, nomeou um seu sobrinho, empregado provincial, para, pela terceira vez e após duas comissões nomeadas pelo ex-presidente daquela província, ir examinar o arquivo e secretaria da câmara municipal de Gurupá? Qual o fim destas reiteradas comissões, cujos relatórios ainda não completaram os desejos daquela presidência?

3.ª A tesouraria de fazenda da referida província pagou ao promotor público José Pará, da comarca de Gurupá, vencimentos correspondentes a um mês e dezoito dias de licença, que lhe foi ilegalmente concedida pelo presidente da Relação e pelo da província, depois de já haver gozado de três meses nas mesmas condições, de setembro a novembro do ano próximo findo?

Apresentados na sessão de 11 de agosto, é a discussão adiada por ter pedido a palavra o Sr. Adriano Pimentel, pág. 46.

Do Sr. Alvaro Caminha:

Requeiro que, pelo ministério da agricultura, comércio e obras públicas, se informe sobre o seguinte:

- 1.º Qual a média do volume d'água com que era abastecida esta cidade antes de aproveitadas as águas dos rios do Ouro e Santo Antonio, durante o inverno e durante o verão.
- 2.º Qual o volume d'água calculado, pela repartição respectiva, quando se tratou da compra das águas destes dois rios.
- 3.º Qual o volume d'água recolhida aos depósitos, nos primeiros meses depois de concluídos os trabalhos da empresa Gabrielli.
- 4.º Quantas penas d'água foram concedidas depois de tais obras e que volume d'água se despende com essas derivações.
- 5.º Qual o volume d'água que hoje se emprega, de todos os mananciais, para o abastecimento da cidade.
- 6.º Se são naturais ou artificiais as causas da diminuição do abastecimento d'água que hoje se nota com grave prejuízo dos particulares e da salubridade pública.
- 7.º Quais as providências que se têm dado para que desapareçam as causas de semelhante fenómeno.
- 8.º Si não consta ao governo que se tenham empregado manobras fraudulentas para se desviarem as águas dos rios do Ouro e Santo Antonio, a fim de obrigá-lo à compra de outras águas.

Do mesmo Sr.:

Requeiro que, pelo ministério da fazenda sejam das as seguintes informações:

- 1.ª Que providências foram dadas para reivindicação dos terrenos comprados a 17 de março de 1859, pela Fazenda Nacional a Agostinho José Ignacio da Costa Figueiredo, no morro do Inglês, pela quantia de 46:000\$, e hoje usurpados, em sua maior parte ao domínio do Estado.
 - 2.ª Cópia da planta que serviu de base à referida compra e que foi, antes dela, remetida ao ministério do Império (hoje no tesouro) com ofício n. 263 de 12 de novembro de 1858, da inspetoria geral das obras públicas.
 - 3.ª Quantas mil braças quadradas restam hoje para o Estado das 54.500 que foram compradas ao referido Figueiredo.
- Apresentados e aprovados na sessão de 14 de agosto, pág. 71.

Do Sr. Zama:

Requeiro que seja separada a emenda do senado sobre a iluminação a gás, para que seja mais tarde discutida e sobre ela resolva a câmara como entender em sua sabedoria.

Justificado, discutido e rejeitado na sessão de 25 de agosto, pág. 110.

Idem. – Requeiro que se consulte a câmara se julga vantajoso o projeto que fixa a despesa do ministério da agricultura para o exercício de 1884 – 1885, para proceder-se na conformidade do art.61 da Constituição do Império.

Apresentado e aprovado unanimemente na sessão de 26 de agosto, pág. 148.

Do Sr. Andrade Figueira:

Requeiro que seja publicado no Diário Oficial o relatório sobre o estado da casa de correção desta corte, apresentado ao governo pela comissão por ele nomeada. ³

Apresentado e aprovado na sessão de 28, pág. 153.

Idem. – Requeiro que pelo ministério da agricultura se peça informação sobre a diligência a que está procedendo o juiz comissário de Curitiba sobre demarcação de divisas do solo da dita capital, por ordem de quem procede à dita diligência e para que fim.

³ Documento publicado ao final do Volume IV após a página 221: Casa de Correção da Corte – Inquérito (32 páginas). Defesa apresentada pelo Diretor (27 páginas).

Idem, idem, pág. 153.

Do Sr. João Penido:

Requeiro que seja adiado o projeto emendado vindo do Senado sobre o aumento da deputação da província do Pará até a primeira reunião do parlamento na legislatura seguinte, depois de informações prestadas pelo governo sobre o recenseamento da população.

Apresentada na sessão de 28 e rejeitado na de 31, pág. 168.

Do Sr. Prisco Paraiso.- Requeiro que, além do relatório da comissão de inquérito feito na casa de correção da corte, se publiquem também, no Diário Oficial, a defesa apresentada pelo diretor da referida casa, o aviso que o governo dirigiu ao mesmo funcionário e a resposta que este deu ao dito aviso, cujas cópias devem ser requisitadas ao ministério da justiça, si ainda não tiverem vindo para a Câmara.

Apresentado e aprovado na sessão de 2 de setembro, pág. 196.

Requerimentos (apresentados por diversos):

Da companhia do S. Christovão, reclamando contra o aditivo ao orçamento da receita geral, que concede favores a G. Fogliani e Dr. José Ferreira de Souza Araujo. – À comissão de orçamento.

Apresentado no dia 18 de agosto, pág. 86.

Do capitão João Maria Berquó, na qualidade de procurador de Carlos Rodrigues da Costa, carcereiro da cidade de Formosa da Imperatriz, em Goiás pedindo aumento de ordenado. – À comissão de orçamento.

Apresentado na sessão de 28, pág. 150.

Votações Nominais:

Da emenda do senado ao orçamento do ministério da agricultura relativa ao §12 – Iluminação Pública.

Requerida pelo Sr. Zama na sessão de 26 de agosto, pág. 146.

Expediente:

Durante este mês a mesa da Câmara dos Srs. Deputados tomou conhecimento do seguinte:

Ofícios:

Do ministério do Império. 5

Idem da fazenda. 3

Idem da justiça. 3

Idem da agricultura. 1

Do senado. 14

De presidentes de província. 4

De assembleias provinciais. 1

De deputados. 4

Projetos de comissões. 3

Idem apresentado por deputado. 1

Pareceres. 10

Representações. 9

Redações. 11

Requerimentos apresentados por deputados. 10

Idem, idem por diversos. 2

Oradores:

A

Aristides Spinola, pág. 91.
Almeida Nogueira, pág. 98.
Affonso Celso Junior, págs. 47, 52, 213.
Alvaro Caminha, págs. 67, 102, 131.
Andrade Figueira, págs. 26, 31, 52, 61, 78, 111, 147, 188.
Alcoforado Junior, pág. 32.
Antonio de Siqueira, págs. 8, 17, 29, 31, 49, 82.
Antonio Pinto, págs. 26, 189.

B

Barão da Leopoldina, pág. 153.

C

Carneiro da Rocha, págs. 63, 71, 77, 142.
Candido de Oliveira (ministro da guerra), pág. 81.

F

Ferreira Vianna, págs. 142, 203.
Francisco Belizario, pág. 21.

G

Geminiano, pág. 21.
Gomes de Castro, pág. 49.

J

João Penido, págs. 4, 91, 165.
Joaquim Tavares, pág. 15.

L

Lourenço de Albuquerque, pág. 103.

M

Mac-Dowell, págs. 2, 16, 33, 56, 72.
Moraes Jardim, págs. 28, 75, 151, 160.
Manoel Portella, págs. 28, 54, 83, 148.
Mourão, pág. 21.
Martinho Contagem, pág. 4.
Martim Francisco, pág. 145.
Martim Francisco Filho, pág. 168.

P

Paulino de Souza, pág. 1.
Peretti, pág. 60.

R

Ruy Barboza, pág. 147.
Ratisbona, págs. 8, 47, 52, 108, 123.
Rodrigues Peixoto, pág. 2.

S

Soares, págs. 9, 55, 75, 210.

Souza Carvalho, pág. 26.

Silva Mafra, pág. 184.

T

Thomaz Pompêo, pág. 198.

U

Ulhôa Cintra, pág. 67.

Ulysses Vianna, págs. 26, 57.

V

Vaz de Mello, pág. 91.

Z

Zama, págs. 109, 147.

